



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



*Discurso por ocasião da sessão de
abertura da II Assembléia do Movimento
Mundial pela Democracia*

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, SÃO PAULO, SP,

12. DE NOVEMBRO DE 2000

Tenho satisfação muito especial em dar as boas-vindas aos participantes da II Assembléia do Movimento Mundial pela Democracia.

Queria, ao iniciar, agradecer as palavras generosas do Doutor Ayagada, que, como disse de passagem, me considera como *uno de los nuestros en Chile*. *Yo considero usted también como una de los nuestros acá, en Brasil*, tal é o sentimento de irmandade que nos une, pelo menos a mim e ao Chile, país que, como já foi dito, me acolheu com uma generosidade ímpar nos momentos difíceis da época da ditadura. E não só a mim, senão que acolheu, como outros países também o fizeram, centenas de brasileiros.

Os que se reúnem aqui hoje trabalham por um ideal comum: o ideal de um sistema político enraizado nos imperativos de liberdade e igualdade, nos valores do pluralismo e da solidariedade, no diálogo como instrumento de superação das diferenças.

O País que os recebe tem, em sua memória política recente, as marcas da luta pela reconquista da democracia, após cerca de vinte anos de regime autoritário.

Foi um processo no qual se restabeleceram as liberdades públicas e os direitos da cidadania. Mas foi também um processo no qual a sociedade se organizou, passou a ter voz própria, e isso nos deu as condições de legitimidade para que o País pudesse fazer frente às tarefas históricas de desenvolvimento, de justiça social, de redução das desigualdades.

Na democracia, pudemos superar de forma pacífica, sem ruptura, mesmo as crises institucionais mais graves, como ocorreu quando fomos obrigados a afastar um Presidente da República.

E também, como já referido, foi na democracia que fizemos a estabilização da nossa moeda. Gostaria de lhes dizer que, tendo sido, como fui, antes de ser Presidente, Ministro da Fazenda, Ministro das Finanças, posso avaliar – e o faço com freqüência – o valor da democracia na reconstrução da economia. Este país sofreu uma quase ininterrupta crise de hiperinflação, por cerca de sete anos, e uma inflação prolongada por duas décadas. E, ao invés de nós, pura e simplesmente, termos tentado controlar esses fatores que levavam a uma crescente inflação e, portanto, ao empobrecimento e à perda do valor dos salários através de mecanismos meramente tecnocráticos, utilizamos uma técnica de controle da inflação que requeria a compreensão da sociedade e que requereu um amplíssimo debate, e que a população entendesse e aceitasse um mecanismo, que não vou descrever, porque a reunião aqui não é para essa finalidade, mas um mecanismo de acelerada inflação controlada, se é que é possível dizer isso, que dependia de a população entender os objetivos, aceitar tarefas difíceis, como fazer o reajuste do salário pela média dos últimos meses e não pelo momento mais alto do salário, o que daria, como dava, a impressão imediata de que haveria perda. Mas o povo entendeu. Entendeu no diálogo. E, graças a isso, conseguimos controlar a nossa economia e estamos, hoje, não só com a moeda estável, mas com condições muito mais estáveis em geral no processo econômico.

E também foi na democracia que construímos uma nova relação com a economia internacional. Na democracia, estamos impulsio-

nando um novo ciclo de crescimento, com as condições adequadas para que se traduza em avanços sociais efetivos, em áreas como educação, saúde, reforma agrária, previdência, combate à pobreza. Enfim, para que se dê atenção aos segmentos mais vulneráveis de nossa sociedade.

Em meio a todos os desafios, temos sabido aprofundar e aperfeiçoar nossa democracia.

Há poucas semanas, em mais de cinco mil municípios brasileiros, realizaram-se eleições para prefeito e para as Câmaras Municipais. Mais de 92 milhões de brasileiros foram às urnas, de forma ordeira, responsável, e exerceram o direito de escolher seus governantes e representantes no nível local.

E o fizeram em plena liberdade e com a utilização, em escala sem precedentes, dos recursos tecnológicos da informática, que permitiram maior segurança e rapidez nos resultados. Com a chamada "urna eletrônica", poucas horas após o encerramento da votação já se conheciam os números finais.

Este país tem 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. Do Sul ao extremo Norte, em avião a jato, se leva mais de seis horas voando. Se se vai da parte Nordeste do Brasil à parte Noroeste, são outras seis horas. Em vastas regiões, como nas regiões amazônicas, a busca do voto se faz através de canoas, de embarcações. Em todas as partes do Brasil conseguimos, através dos instrumentos eletrônicos, colocar as urnas e obter um resultado límpido e transparente.

Foi um êxito muito expressivo, por essa mesma razão, não apenas pelo tamanho da nossa geografia, das dificuldades de se alcançar essas populações mais longínquas, mas também dos tremendos níveis socioeconômicos de um país como o nosso.

Foram disputas eleitorais às vezes decididas por margens estreitas, em alguns casos muito estreitas, mas sempre de forma honesta, com respeito à opinião expressa pelo eleitor, sem fraude, sem manipulações e, praticamente, sem contestações.

É um exemplo vivo de como é possível, através da tecnologia moderna, avançar na democracia. E, ao invés de se ter um horroroso

mundo novo, que alguns previam algum tempo atrás, com o predomínio da máquina sobre o homem, tivemos a capacidade do homem de utilizar a máquina para expressar, com liberdade, o seu sentimento, e fazer sentir a sua voz de forma direta e imperativa.

Também no plano institucional, estamos empenhados em aperfeiçoar o funcionamento da nossa democracia. Está na agenda nacional a idéia de uma reforma política, que é necessária para dar maior consistência aos mecanismos de representação, para fortalecer os partidos, para eliminar distorções. Essa é, por definição, uma tarefa difícil. Mas vamos realizá-la por meio do diálogo, do convencimento e, sobretudo, do interesse de buscar o que é melhor, não para este ou aquele partido, mas para a democracia brasileira.

Já o disse o Doutor Ayagada, que talvez tenhamos um dos desafios mais sérios do mundo contemporâneo na revitalização dos institutos de expressão e de representação política. A reforma partidária é, por assim dizer, o salto de altura numa maratona difícil, que é a da reconstrução da democracia. Estamos dispostos a enfrentá-la, com vistas não à vitória imediata deste ou daquele partido, não ao interesse eventual dos que são os poderosos no dia, mas tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade de representação, porque, ao mesmo tempo em que, como disse aqui, nesse mecanismo de redemocratização do País, a Nação como um todo se reorganiza e a voz da sociedade civil é cada vez mais forte, ela é insuficiente para levar adiante o Estado moderno, se não for acompanhada de modificações institucionais que enraízem as práticas democráticas. E, entre essas, o voto é fundamental. E a existência de instituições partidárias também.

Por outro lado, as novas tecnologias da informação e das telecomunicações agilizam a interação entre Governo e sociedade e eliminam obstáculos à participação dos cidadãos na vida democrática.

Por isso estamos dando passos inovadores para a implantação do chamado “governo eletrônico”. O objetivo é colocar a Internet e as novas tecnologias a serviço dos valores da democracia, da transparência, da comunicação entre o Estado e a cidadania.

Com o “governo eletrônico”, os cidadãos terão acesso a um volume extraordinário de informações e de serviços públicos *on-line*. E não se trata apenas de desburocratizar, mas de garantir melhores condições para a fiscalização do Governo pela sociedade e para a prestação de serviços.

Na verdade, hoje, através da Internet, tornamos acessíveis às grandes massas que possam ter a Internet à disposição, mais de 350 serviços públicos, os mais variados. E só para lhes dar uma idéia de como isso tem efeito sobre a população, no ano que está terminando, a prestação de contas à Receita Federal, ou seja, a divisão de rendas internas do País, foi feita pela Internet por 88% dos cidadãos que prestaram contas. Isso quer dizer que cerca de 12 milhões de pessoas enviaram suas prestações de contas pela Internet.

Hoje, para saber a respeito, por exemplo, das condições, possibilidades e vantagens de aposentadorias nos serviços do INSS, pode-se utilizar a Internet. Há uma enorme quantidade de serviços prestados por meio da Internet. Seriam inúteis se o Governo não tivesse, também, ao mesmo tempo, tratando de dar acesso à Internet. No Estado de São Paulo isso está começando a ser praticado. Estamos colocando nas escolas públicas computadores, professores para treinar as pessoas no uso dos computadores, e dando-lhes conexão com a Internet.

Aqui, em São Paulo, em breve, um ou dois anos, teremos cerca de 20 ou 30 mil escolas assim servidas. E no Brasil todo, nos próximos dois anos, 70 ou 80 mil escolas estarão ligadas pela rede da Internet com todo o mundo. E, simultaneamente, estamos organizando no serviço de Correios, nos serviços comunitários também, o acesso à rede, de tal maneira que nós possamos transformar todo esse cabedal de desenvolvimento tecnológico num instrumento útil para a participação, para a informação, para a demanda e também para o controle e a transparência do Governo.

Não há uma só despesa feita pelo governo brasileiro, uma só, que não esteja registrada nos computadores. E há um serviço que dá acesso a essas despesas – só para dar um exemplo, a todos os Parlamentares. Naturalmente, isso custa sempre uma certa “dor de cabeça” aos que

estão no exercício do governo. A todo instante, são calculadas as despesas, nem sempre da melhor maneira. E, a toda hora, são cobradas as despesas feitas pelos governos.

Poucos países têm o sistema tão aberto de informar o que fazem com os recursos públicos como este país. Embora, talvez, o conjunto da população brasileira não saiba que existam mecanismos de controle já bastante difundidos e que já têm sido utilizados, esses já estão se incorporando à prática, pelo menos dos Parlamentares.

Tudo isso é possível, hoje, graças à força e à vitalidade de nossa democracia. Essa é uma conquista irreversível dos brasileiros. E é uma satisfação para nós ver que, hoje, a democracia tem uma abrangência geográfica que talvez não tenha existido em nenhum outro momento da História da Humanidade. E aí não me refiro ao Brasil, me refiro ao conjunto dos países.

Uma abrangência que reflete a universalidade dos valores em que se baseia o sistema democrático.

Na América Latina de hoje, prevalecem amplamente os princípios democráticos e do Estado de Direito. Mas ainda há problemas a superar, e é imperativo que continuemos a progredir. Não pode haver retrocessos.

Foi por isso que, na Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília há pouco tempo, adotamos uma “cláusula democrática”. A mensagem é clara: não há, em nossa região, espaço para aventuras autoritárias, para rupturas do Estado de Direito.

Os países sul-americanos demonstraram estar dispostos a atuar conjuntamente, de forma solidária, para preservar a democracia e para consolidá-la. E devo lhes dizer que, graças a esse mesmo instrumento de “cláusula democrática”, que também faz parte do tratado do Mercosul, nós temos tido a possibilidade de uma atuação fraterna, mas persistente, junto aos países que participam do Mercosul para alertá-los, quando necessário, de que os cânones da democracia não podem ser quebrados. E, às vezes, com certas incompreensões, mas num âmbito mais amplo, também o fazemos no conjunto dos países da nossa região. Estamos vendo que, crescente-

mente, os países têm passado por momentos difíceis, mas têm conseguido manter a imprensa livre, o sistema partidário funcionando e o respeito aos direitos humanos – ainda não é absoluto, infelizmente, mas é crescente.

Verdade é que não diria com a mesma ênfase quanto aos direitos sociais. É questão de âmbito mais amplo e muitas vezes, por razões também já mencionadas aqui por quem me antecedeu, as diferenças sociais e a pobreza dificultam que haja um tratamento efetivamente igualitário, um valor da democracia, mais difícil de se traduzir na prática cotidiana no que diz respeito ao social, do que no que diz respeito ao político e aos direitos humanos do ponto de vista do que o Estado considera como sua responsabilidade – embora o Estado nem sempre esteja, ainda, apto a coibir o desrespeito a esses mesmos direitos na sociedade, até porque não será o Estado isolado que será capaz de fazê-lo, senão que vai depender da própria sociedade, que o amplie na América Latina, se reorganizar para crescentemente fazê-lo.

Em breves dias, estarei no México para saudar, pessoalmente, o esforço extraordinário desse país irmão que, depois de muito tempo de predomínio de um partido, passa a outro partido. E tudo isso dentro do âmbito da democracia, de uma compreensão enorme daqueles que dirigem o México neste momento e daqueles que virão a dirigir-lo dentro de poucas semanas. São exemplos muito claros dos avanços que nós estamos tendo. É importante que isso se faça sem arrogância e sem imposições.

A democracia não se confunde com o sistema político deste ou daquele país. Não tem um modelo pré-estabelecido, uma receita a ser imitada por todos os povos. Tem, isso sim, um conjunto de valores que são fundamentais, com relação aos quais não se pode transigir.

É próprio desses valores fundamentais permitir que cada povo trace, em plena liberdade, sua própria história, segundo suas próprias decisões, aprendendo com seus erros, amadurecendo, aperfeiçoando as instituições, fortalecendo as diversas formas de expressão da cidadania.

Quem analisa o cenário internacional em nossos dias não pode deixar de perceber o quanto se avançou no sentido de um consenso sobre o próprio sentido do termo “democracia”. No passado, os partidários de uma ou outra corrente política emprestavam a essa palavra colorações e conotações distintas.

Não existe palavra que esteja garantida contra abusos semânticos. E a democracia não é exceção. Quantos regimes autoritários já se intitularam “democráticos”? Quantas vezes a “defesa da democracia” já foi usada para legitimar as restrições à liberdade, a repressão e até mesmo os crimes mais hediondos, como os desaparecimentos forçados ou a tortura?

Por isso é tão importante o fato de que, em nossos dias, se haja consolidado um amplo acordo quanto à necessidade de um conjunto mínimo de garantias e direitos sem os quais a própria idéia de democracia perde todo o sentido.

São noções como as de eleições periódicas e limpas, sem fraude e com segurança jurídica. São noções como as de garantias individuais, de liberdade de expressão, de associação e de participação, de igualdade de todos perante a lei em um Estado de Direito. É o pluralismo das opiniões e das crenças, é a proteção das minorias.

Ao mesmo tempo, sabemos que a democracia não se limita a esse arcabouço formal, mas deve abrir-se continuamente à participação efetiva dos cidadãos, à manifestação das demandas sociais, à presença vibrante de uma sociedade civil ativa, mobilizada, organizada para fiscalizar o Governo e para exigir, a cada momento, o que é de seu direito.

Esse consenso cada vez mais forte sobre a democracia é essencial para a ordem internacional mais justa que queremos alcançar.

Certamente a democracia não é o sistema mais cômodo para os governantes. Certamente uma sociedade reivindicante não é a sociedade que dá mais tranquilidade aos que governam. Há sempre esse incômodo quase permanente da crítica. Às vezes até equivocado, não importa. Exagerado, não importa. Sem que exista essa urgência no atendimento de demandas que são quase impossíveis de serem aten-

didas – não importa – sem que haja isso, não haverá progresso democrático efetivo. Não haverá a força que exija dos donos do poder, sejam eles quais forem, cumprir os ideais. Devem haver, na prática, na própria sociedade, mecanismos que levem as coisas a se processarem de acordo com os princípios que são postos, com os princípios fundamentais.

Mais vale, portanto, uma sociedade incômoda para os governantes, mas boa para os cidadãos, porque permite o conforto também para o governante de poder ser mais coerente entre o que ele prega e o que vai fazer – ainda que eventualmente não tenha todas as condições para fazê-lo, mas estará, o tempo todo, percebendo que é preciso avançar. Como essencial é entender que a democracia não é um ponto final, mas um ponto de partida.

Assegurar as liberdades democráticas não garante a solução imediata dos problemas que afligem os povos, como a pobreza, as doenças, as desigualdades sociais. Não põe fim à injustiça, mas estabelece as condições para que se possa aspirar à justiça real, efetiva, não apenas como um ideal abstrato, mas como um valor presente na vida dos cidadãos.

A democracia pode mesmo contribuir para tornar mais evidentes as injustiças – o que já é um primeiro passo para combatê-las.

Quando mais se mostra injustiça, mais se dá motivação para que se combata a injustiça. Nos regimes fechados, fala-se pouco das injustiças. Nos regimes autoritários se esconde a pobreza. Nos regimes que não são democráticos, a informação trata de não ser muito clara. Nos regimes abertos, nos regimes democráticos, essa insistência em mostrar o que está errado, em mostrar a injustiça, em mostrar a desigualdade, e em urgir que se corrija tudo isso, é o caminho para que, embora não se possa solucionar de imediato, se comecem a solucionar essas questões.

Repto: a democracia não é um ponto final, mas um ponto de partida.

Com transparência, imprensa livre e ampla participação, a democracia dá voz e poder às maiorias. Nela, a injustiça não haverá de prevalecer. Por isso é tão fundamental, entre os valores da democracia,

cia, a existência de uma imprensa livre. Quanto mais livre, quanto mais incômoda for a imprensa, maior será o sinal de que o país é democrático.

Se temos hoje tanta injustiça e tanta desigualdade, é porque no passado a liberdade foi liberdade de uns poucos, porque os experimentos de democracia real tiveram, em geral, existência frágil e fugaz.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista o efeito negativo que as desigualdades extremadas, as estratificações sociais rígidas exercem sobre o próprio funcionamento das instituições livres. A democracia se enraíza na igualdade.

Para que ela se realize plenamente, é indispensável que cada cidadão possa identificar a possibilidade de melhoria para si mesmo e para sua família. É fundamental que exista igualdade de oportunidades.

O Brasil, ao longo de sua história, aprendeu essas lições. Já em 1823, um grande brasileiro – José Bonifácio de Andrada e Silva – apontava, na Assembléia Constituinte, a impossibilidade de querer implantar em nosso país uma Constituição de moldes liberais com a manutenção da suprema injustiça da escravidão. Não teve êxito em sua pregação, e a própria Assembléia Constituinte a que ele se dirigia seria pouco depois – num 12 de novembro como hoje – fechada por ordem do Imperador. Não teve êxito, mas deixou o legado de seus princípios e de sua visão de estadista, que seria retomada por outros, mais tarde.

Entre parênteses me referi a um fato histórico da Constituinte de 1823, e poucos brasileiros se recordam ou sabem que, a despeito das violências praticadas contra o Parlamento, e uma delas foi pelo imperador Dom Pedro I, que fechou a Assembléia e promulgou uma Constituição, a despeito de momentos dessa natureza, quando se somam os dias e anos de funcionamento do Parlamento brasileiro desde 1823 até hoje, ele deve ter ficado fechado, no total, não mais de dez anos.

Mesmo os regimes autoritários procuraram aqui preservar o Parlamento. Ainda quando o Parlamento fosse um Parlamento de simulação ou de quase simulação. Somos um país de larguíssima tradição parlamentar. Dos mais antigos do mundo, em matéria de tradição

parlamentar. O que também tem algum significado quando se pensa a democracia.

E se é verdade que tinha razão José Bonifácio e que a sua visão, ainda hoje, é indispensável, de que não é possível fundar uma democracia liberal ou uma ordem democrática mais aberta, mais liberal, sem que exista maior igualdade – no caso que ele criticava, era patente a desigualdade, por causa da escravidão –, se isso é verdade, também não deixa de ser verdade que, a despeito dessas desigualdades, não havendo democracia, é muito mais difícil superá-las. E, portanto, essa visão da igualdade junto com a democracia não nos deve obscurecer o fato de que a democracia é em si também um valor e é não apenas um valor derivado da igualdade.

Podemos nos orgulhar de nossa democracia e da liberdade que fomos capazes de conquistar. Mas o significado mais autêntico dessa democracia e dessa liberdade se perderá se não avançarmos também no sentido da redução das desigualdades e da promoção da justiça social.

E como avançar nesse sentido senão pela própria democracia? É o que vem ocorrendo no Brasil, e de forma muito significativa.

De um lado, porque a sociedade tornou-se mais assertiva e fiscalizadora, porque mais organizada. De outro, porque o Estado tornou-se mais aberto, para usar uma expressão que era cara a Gramsci, mais poroso: penetra-se no Estado. A sociedade civil tem canais para penetrar no Estado. Se me refiro ao Brasil é porque estou aqui e sou Presidente do Brasil. Mas esse processo está ocorrendo em vários outros países no mundo, em sociedades mais organizadas e de Estados que sejam mais sensíveis às demandas da sociedade e que permitam uma interface crescente com os setores organizados da sociedade. A velha distinção clássica entre sociedade civil e Estado é uma quase oposição entre o que era o Estado, o que era a ordem política, o que era a ordem do contrato. A ordem da sociedade civil vai se transformando grandemente nos dias contemporâneos, de tal maneira que a fronteira entre o Estado e a sociedade se torna uma fronteira mais variável. É só ver o peso das organizações não-governamentais no processo decisório, neste país e em outros países, e até

mesmo a formação de organizações como esta na qual estamos reunidos, que têm uma transcendência às fronteiras nacionais. Ainda recentemente, utilizei uma expressão, que não é minha, ao dizer que, hoje, temos, além do dever da cidadania e do respeito à democracia e à Justiça do nosso país, temos uma espécie de cidadania planetária. Um sentimento que ultrapassa as fronteiras em termos de certos valores, como os dos direitos humanos, de solidariedade necessária diante, sobretudo, de um sistema econômico que, largado a ele próprio, leva à exclusão, porque a globalização pode levar à exclusão, como tem levado em várias regiões, e, portanto, requer algum tipo de ação solidária que ultrapasse as fronteiras. E devemos pensar que estamos vivendo, portanto, o limiar de uma nova era, em que a democracia tem uma força ainda maior, porque ela se imbui não só dos valores clássicos, mas de valores novos, que fazem ultrapassar até mesmo os limites do Estado-Nação, e tem essa cidadania planetária e valores que são gerais, são universais e que não podem, por sua vez, ser simplesmente postos desta forma genérica, como se contrariassem a existência dos interesses locais, dos interesses nacionais, dos interesses concretos de cada cidadão, de cada situação.

Há, portanto, aí, todo um caminho de elaboração não apenas intelectual, mas prática, para que entendamos qual é o tamanho do desafio que estamos enfrentando. É importante que saibamos utilizar os instrumentos da democracia para garantir que a coisa pública seja precisamente isso: *res publica*, não objeto de apropriação privada.

Por isso, a reforma do Estado tem um impacto tão importante sobre os avanços de nossa democracia, o que nada tem a ver com a tentativa de reduzi-lo a uma condição minimalista.

Durante anos, no Brasil e em tantos outros países, diversos setores do Estado foram ocupados e utilizados por indivíduos ou grupos para promover suas finalidades privadas. Com o aprofundamento da democracia – e a reforma do Estado é parte desse aprofundamento – estamos “desprivatizando” o Estado, fortalecendo o espaço público, assegurando com isso uma das condições essenciais para o resgate daquilo que é essencial na democracia: a dimensão do público.

E este público, como eu disse, ultrapassa os limites aos quais estamos habituados, para ser um público, às vezes, em certos momentos, planetário.

Na Grécia antiga, nos primórdios da democracia, afirmou-se a ágora – a praça pública – como ponto de referência para a organização do espaço urbano da *pólis*. A moderna ágora é essa dimensão pública, onde o Estado é um ator essencial, mas não o único. É o espaço do confronto das idéias, dos argumentos, o espaço do diálogo, da persuasão.

Basta referir – para não citar, porque não se trata de uma reunião intelectual – Habermas, com seu imenso esforço na definição do espaço público na tese da argumentação, do diálogo, para que tenha a noção de como é necessário, realmente, entender que estamos vivendo um novo momento da democracia com esses aspectos desafiadore, não só os que mencionei no início, de incorporar as novas tecnologias ao exercício da cidadania, mas da ampliação da cidadania e depois da reforma do Estado e da reforma da sociedade. E da criação desses novos espaços, que são tão importantes para permitir uma dinâmica nova.

É nesse espaço que os cidadãos, a sociedade civil organizada, uma imprensa livre, as ONGs, as associações de classe podem interagir, apresentar de forma aberta e transparente seus interesses, e buscar conciliá-los. Porque a democracia é pluralidade de visões, diversidade de interesses, mas é também – e isso é essencial – agregação de visões, agregação de interesses, na construção de uma perspectiva do bem comum.

A possibilidade de que isso ocorra pelo diálogo, e não pelo choque irracional de interesses opostos, tem consequências decisivas para as relações internacionais. Muitas das crises políticas e ameaças à paz que persistem no mundo procedem de conflitos internos de natureza étnica e religiosa, que não têm outra causa senão a ausência de mecanismos democráticos de diálogo.

O que a democracia nos proporciona é exatamente isso: uma forma de garantir a convivência na diferença. Daí ser indispensável

o aprendizado da tolerância, da aceitação do outro, de valorização do outro.

Senhoras e Senhores, o Brasil está celebrando os quinhentos anos de seu Descobrimento.

Nesses cinco séculos, consolidou-se em nosso país uma tradição de convivência pacífica e proveitosa entre raças e grupos sociais distintos, mesmo em um contexto tão marcado pela desigualdade e, sobretudo, pela herança da escravidão.

E quero que me entendam bem. Quando digo que está havendo uma convivência pacífica e proveitosa, não estou negando nem a desigualdade, nem os preconceitos, nem a necessidade da luta contra a desigualdade e contra os preconceitos. Mas, de qualquer maneira, plasmou-se aqui uma cultura que permite a aceitação da diferença, a aceitação do outro. Não a aceitação pacífica. Muitas vezes não é lutar contra a diferença, como é caso da desigualdade, mas um caminho que permite entender que essa diversidade é um elemento que enriquece a nossa experiência como povo e como nação.

Recentemente, mencionei que nós, aqui, pela nossa própria formação histórica, somos um povo mestiço, um povo que tem uma base de portugueses, de índios, uma enorme contribuição negra. Um povo no qual existem descendentes de italianos, mais de 20 milhões de brasileiros, descendentes de alemães, mais de 10 milhões, de árabes, uns 7 ou 8 milhões, japoneses, mais ou menos 1 milhão e meio, de ucranianos, de poloneses, de espanhóis, alguns milhões. Enfim, um povo que se misturou muito. Não é o único. Muitos povos são compostos dessa maneira. Mas aqui, e não é o único nisso também, há um valor que eu quero afirmar, é que nós gostamos de ser misturados. Nós não apenas dizemos que existe uma enorme *melting pot* como se diria nos Estados Unidos, mas eu diria que o verdadeiro *melting pot* é aqui, porque nós afirmamos como um valor o fato de que nós somos mestiços.

E não nos preocupamos muito em saber mestiçagem de onde, porque é muito difícil saber, porque provavelmente é uma mestiçagem tão complexa que levaria muito tempo para descobrir direitinho qual é o nosso DNA.

Aprendemos que essa diversidade é um elemento que enriquece nossa experiência como povo e como nação.

Parece-me, portanto, muito oportuno que, precisamente neste ano, o Brasil seja sede deste encontro de democratas do mundo inteiro.

Quero dizer-lhes, inspirado no nome da entidade que aqui os congrega – Movimento Mundial pela Democracia – que, se o século XX foi marcado por guerras e por episódios graves de violação dos direitos humanos, temos a oportunidade de contribuir para que o século XXI seja o século da democracia.

O Brasil fará sua parte.

Muito obrigado.